

Cabral confirma leis delegadas

O “combate rápido e frontal à inflação” prometido pelo presidente eleito, Fernando Collor de Mello, não atropelará o Congresso Nacional. A garantia foi dada ontem, em Juiz de Fora (MG), pelo futuro ministro da Justiça, deputado Bernardo Cabral, que confirmou a estratégia de utilização das leis delegadas mas afirmou que deputados e senadores terão pelo menos um mês para estudar todos os artigos e incisos.

Cabral assegurou não ser interesse do novo governo relegar o Congresso na condução da política econômica, ressaltando, porém, que não haverá qualquer tipo de concessão a grupos políticos e parlamentares. Para ele, está esgotada a fase do “é dando que se recebe”. O futuro ministro alegou que há diferença entre lei delegada e poder de delegação, esclarecendo que uma coisa é o governo ter que colocar sua política econômico-financeira **sub-judice**, esperando confirmação do Congresso, e outra é fazer concessões.

SIGILO

Os articuladores do futuro governo mantêm sigilo quanto ao teor das medidas de combate à inflação, enquanto o deputado Bernardo Cabral antecipa que estarão contra elas “os que estão ganhando muito dinheiro com a especulação”. E acrescenta apenas que as medidas serão conhecidas já nos primeiros dias após a posse, para que se possa cortar rapidamente a “ansiedade nacional” gerada pela crise financeira.

O futuro líder governista no Senado, Carlos Chiarelli (RS), assegurou em Brasília que as leis delegadas de Collor terão tramitação tranquila na Casa, onde o presidente eleito já disporia de 38 votos. A mesma facilidade é prevista pelo líder do PRN na Câmara, deputado Renan Calheiros, mas o ministro-chefe do Gabinete Civil no atual governo, Luís Roberto Ponte, pensa o contrário. Depois de um levantamento entre deputados de vários partidos, ele disse que “muitos não vão querer passar cheque em branco, muito menos em ano eleitoral”.

Ponte ressalva que ouviu apenas uma dezena de deputados mas que a repercussão da sua pesquisa foi “a pior possível”. Na sua opinião, mesmo que o Congresso se convença da necessidade de enxugar o setor público e limitar os altos salários de setores privilegiados do funcionalismo, “jamais votará medidas desse tipo num ano de eleições”. Deputado pelo PMDB do Rio Grande do Sul, o ministro diz que será oposição ao novo governo, mas votará favoravelmente a medidas dessa natureza.

Negar as leis delegadas, adverte o novo líder do PFL no Senado, Marco Maciel (PE), será assumir “grave responsabilidade perante a Nação”. Convencido de que o Congresso não criará dificuldades, ele argumenta que “35 milhões de brasileiros aprovaram as idéias do presidente eleito Collor para vencer a inflação”. Mas este argumento não basta ao PDS, cujo líder também no Senado, Jarbas Passarinho (PA), fala em apoio crítico. Apressado, despediu-se ontem do presidente Sarney, que ainda tem 34 dias de governo pela frente, e à saída prometeu apoio às medidas de Collor que entender necessárias ao ordenamento da economia.

Mais reservado, o **tucano** Fernando Henrique Cardoso (SP) anunciou ontem que quarta ou quinta-feira se reunirá com Bernardo Cabral e Carlos Chiarelli para saber em que escala o próximo governo pretende fazer uso da lei delegada. Ele teme que os poderes do Executivo sejam ampliados além do razoável. Somente depois dessa conversa, Fernando Henrique se manifestará sobre o eventual apoio às primeiras medidas do governo Collor.

A IDÉIA

O deputado Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC), que funcionou como relator da Constituição de 1967, ainda no governo do marechal Castello Branco, foi quem teve a idéia de sugerir que o presidente eleito solicitasse a delegação legislativa do Congresso para tomar o conjunto de medidas que tem em mente a fim de vencer a crise econômico-financeira.

No Brasil já foram criadas 11 leis delegadas. Todas elas foram sancionadas pelo presidente João Goulart, em 1962. A mais polêmica é a Lei Delegada nº 4, de 27 de setembro daquele ano, que dispõe sobre a intervenção no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo. Só em 1986, ela se tornou mais conhecida por tornar-se símbolo do Plano Cruzado, quando o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, resolveu desapropriar “por interesse social em caráter de urgência” o gado bovino necessário ao abastecimento das populações urbanas e rurais.